



## **ANOS DE CHUMBO: A influência da Ditadura Militar nos programas da TV Borborema<sup>1</sup>**

Nayara Clênia Farias MONTEIRO<sup>2</sup>

Leonardo da Silva ALVES<sup>3</sup>

Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB

### **RESUMO**

O artigo investigou a influência dos “Anos de Chumbo” da Ditadura Militar brasileira, tomando como foco a televisão e elegendo como objeto empírico de estudo a TV Borborema, emissora da cidade de Campina Grande, na Paraíba. A pesquisa examinou as características do Regime, contextualizando a censura e o telejornalismo, bem como a história da TV Borborema. Foram utilizados os conceitos relativos à Ditadura Militar e seus desdobramentos no âmbito comunicacional. Foi feita uma análise de jornais, somada a depoimentos de profissionais que trabalharam na emissora na época observada. O trabalho identificou como a censura foi responsável por mudanças na produção dos programas, cortando matérias e proibindo publicações. São apresentadas, ainda, as alterações técnicas ocorridas na TV Borborema durante o período estudado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura Militar; censura; telejornalismo; TV Borborema.

### **1 INTRODUÇÃO**

A Ditadura Militar brasileira, período compreendido entre os anos de 1964 e 1985, foi responsável por profundas modificações na organização política do país, além de mudanças na vida econômica e social, usando um discurso que objetivava manter a estabilidade governamental e a segurança interna.

Entre o fim de 1968 e o primeiro trimestre de 1974, os chamados “Anos de Chumbo” - tempo decorrido estudado nesta pesquisa - foram marcados pela repressão e pelas restrições à liberdade de imprensa, de expressão e de manifestação. Na época, ocorreram prisões, torturas e mortes de considerados opositores.

A imprensa também sofreu com as repressões, uma vez que o então governo reprimia qualquer reportagem ou programa que desagradasse os interesses dos militares. Entretanto, para que o golpe acontecesse e se mantivesse, os meios de comunicação de massa desenvolveram um papel relevante.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática Comunicação Audiovisual, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste

<sup>2</sup> Bacharel em Comunicação Social pela UEPB (2012), email: [nayara.farias.monteiro@gmail.com](mailto:nayara.farias.monteiro@gmail.com)

<sup>3</sup> Orientador do trabalho. Mestre em Desenvolvimento Regional (UEPB/UFCG), email: [alvesleo@terra.com.br](mailto:alvesleo@terra.com.br)



Para disseminar seus ideais, o Regime se valeu desses veículos, que cederam às pressões do governo. A TV, conforme explica Mattos (2002), apesar de também ter sido vítima da censura, foi usada como mecanismo de integração nacional e de consolidação da Ditadura, sendo beneficiada por isto:

Os meios de comunicação de massa se transformaram no veículo através do qual o regime poderia persuadir, impor e difundir seus posicionamentos, além de ser a forma de manter o status quo após o golpe. A televisão, pelo seu potencial de mobilização, foi mais utilizada pelo regime, tendo também se beneficiado de toda a infraestrutura criada para as telecomunicações. (MATTOS, 2002, p. 35).

Há, aproximadamente, um semestre antes do golpe, a TV Borborema - nosso objeto de estudo -, em Campina Grande, entrou no ar em fase experimental. A emissora, idealizada por Assis Chateaubriand e que integrou a Rede Tupi, foi inaugurada oficialmente em 14 de março de 1966.

A escolha do tema foi baseada na afinidade pelo momento histórico aqui estudado antes do ingresso na Academia. O interesse pelo assunto foi expandido diante da sua relevância, fundamentada na formação de opiniões na sociedade sobre esta época de autoritarismo e no esclarecimento da projeção que o Regime Militar fez sobre os meios de comunicação.

Assim, esta pesquisa - definida como bibliográfica e explicativa - investigou as influências que a Ditadura Militar brasileira exerceu sobre a TV Borborema, com o propósito de atingir, ainda, aos objetivos específicos de: examinar as características políticas e sociais deste momento histórico; contextualizar a censura, esclarecendo sua composição; problematizar o telejornalismo nessa conjuntura; e analisar a história da estação televisiva de Campina Grande.

Para tanto, usamos os conceitos relativos à Ditadura Militar e sua extensão no campo da comunicação através de autores como Pierre Bourdieu, Sérgio Mattos, Guilherme Jorge Rezende e Carlos Eduardo Lins e Silva. Além disso, utilizamos a examinação da edição de 15 de março de 2006 do jornal impresso Diário da Borborema e de postagens do blog Retalhos Históricos de Campina Grande, somadas a depoimentos dos profissionais Graziela Emerenciano, Juarez Amaral e Ubirajara Alves, que trabalharam na emissora durante o espaço de tempo estudado.

Inicialmente, apontaremos as mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas no Brasil após o golpe militar. Na sequência, discutiremos a censura exercida nos meios de comunicação, e em especial na televisão, durante os “Anos de Chumbo”. Por fim,



demonstraremos aqui as transformações ocorridas na TV Borborema, elegendo os critérios de seleção das notícias e a chegada dos equipamentos de videotape à emissora como principais fatores que influenciaram nesse processo de mudança.

## **2 A DITADURA SEM DISFARCES: UMA VISÃO GERAL SOBRE OS ANTECEDENTES E AS CONSEQUÊNCIAS**

A Ditadura Militar no Brasil iniciou-se em 31 de março de 1964 a partir um golpe articulado pelas Forças Armadas, resultando o afastamento do então presidente João Goulart. Começou, assim, um regime, que se estenderia por 21 anos.

Entre os antecedentes do golpe, baseados em fatores políticos e econômicos, destacam-se a aceleração da inflação, a estagnação econômica, a baixa credibilidade pública dos políticos, a instabilidade do governo Goulart e as crises políticas - denominadas pelos militares de anarquia e desordem, marcadas pela ameaça de um regime comunista e por fatores externos, como a participação de multinacionais e de governos estrangeiros, principalmente os Estados Unidos (SOARES, 1994).

Esse período, em que os militares conduziram o país, foi marcado por relevantes mudanças na organização política, econômica e social. Os presidentes militares<sup>4</sup> que se sucederam desde o golpe declararam-se continuadores da “Revolução de 1964”, designação dada diante do objetivo de defender o Brasil da subversão da ordem e da ameaça comunista.

Servindo como mecanismo de legitimação de suas ações, os militares expediram uma série de dezessete Atos Institucionais (AI), complementados por outros cento e quatro artigos, que objetivaram diminuir a liberdade da população. Baseado nos AIs, o Poder Executivo protagonizou um fortalecimento, atuando, inclusive, com a função de legislar.

Destacam-se, entre as principais medidas instituídas por esses Atos, as modificações na Constituição de 1946 e a dissolução dos partidos políticos. Além do estabelecimento de poderes especiais ao Presidente da República, os decretos determinaram a suspensão de direitos políticos e a instituição de eleições indiretas para

---

<sup>4</sup> Os generais que governaram o Brasil foram: Castello Branco (1964-1967), Arthur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Baptista Figueiredo (1979-1985). Além disso, entre 31 de agosto de 1969 e 30 de outubro do mesmo ano, uma junta militar composta pelos ministros Aurélio de Lira Tavares, Augusto Rademaker e Márcio de Sousa e Melo, membros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, respectivamente, ficou à frente da administração do país.



Governador. Atribui-se, ainda, aos AIs, a proibição de manifestações de caráter político e o banimento do território nacional de pessoas que colocavam a segurança em risco (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985).

O Brasil foi palco, ainda, de muitas transformações econômicas. A modernização da indústria e dos serviços, a expansão das atividades industriais, científicas e tecnológicas, a concentração de renda e a abertura do capital estrangeiro constituíram o chamado “Milagre Econômico”, que teve como consequência negativa o endividamento externo.

Igualmente, despontaram as mudanças sociais, representadas pela inexistência da liberdade de expressão e de organização. Partidos políticos, agremiações estudantis e outras organizações representativas da sociedade foram extintas ou sofreram intervenções. Os meios de comunicação foram submetidos à censura.

Desse modo, iniciou-se o período denominado “Anos de Chumbo” - momento estudado nesta pesquisa -, que ocorreu a partir da edição do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, até o final do governo Médici, em março de 1974. Essa época foi marcada pelo amordaçamento das instituições, pelas restrições às liberdades públicas - falta de participação e cidadania política, aliada ao desrespeito aos direitos humanos -, bem como pela ascensão da luta armada e da censura (SOARES, 1994).

### **3 “ANOS DE CHUMBO”**

Compreendido entre o fim de 1968 e o primeiro trimestre de 1974, os “Anos de Chumbo” constituem o ciclo de maior repressão da Ditadura Militar no Brasil, protagonizado pelo cerceamento da liberdade de imprensa, de expressão e de manifestação.

Antes disso, o país estava tomado por greves de operários, movimentações estudantis e manifestações que reivindicavam o fim do Regime. Em contrapartida, os militares passaram a usar mecanismos de proibição, com o objetivo de tentar conter essas expressões, dando início a um processo de radicalização:

São incontáveis os capítulos da nossa história em que essa questão [a repressão] pode aparecer de maneira contundente e desconfortável, quer para a sociedade como um todo, quer para aqueles que, em diferentes épocas, detiveram o monopólio da força. Entretanto, o que difere a esse respeito, no período aqui abordado, é a forma como isto foi feito, ou seja, através do envolvimento direto das Forças Armadas. Jamais, em qualquer época, a instituição militar esteve tão diretamente envolvida com as atividades de repressão política. Mais do que isso, as Forças Armadas, naquele espaço de tempo, detiveram, soberanas, o



monopólio da coerção político-ideológica. (D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 10).

Nessa época, representada principalmente pelo Presidente Médici<sup>5</sup>, encontravam-se entre as divisões dos militares os oficiais da chamada “linha dura”. Cerca de dezoito milhões de eleitores brasileiros assistiram as limitações impostas por aqueles que transformaram o Brasil em um Estado de exceção, interrompendo temporariamente a democracia e colocando em prática a perseguição e a censura – marcas desse momento histórico.

O termo censurar, originário do latim, significa exercer censura sobre algo, proibir a execução ou divulgação, repreender, reprovar (FERREIRA, 2000). Foi exatamente isto que o Regime Militar fez: usou a censura para impedir que as mensagens consideradas contrárias ao governo fossem divulgadas.

Pode-se dizer que durante a Ditadura, a censura passou por três fases. A primeira compreendeu o intervalo entre a data do golpe e a publicação do Ato Institucional nº 5, enquanto o período da segunda etapa vai do AI-5 até o início do governo Giesel. Já a terceira e última fase abrange os governos Giesel e Figueiredo até a restauração da democracia. Atuando como aliados, estavam o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), o Destacamento de Operações e Informações e Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e o Conselho Nacional de Comunicação (CONTEL). Ambos, supervisionavam, controlavam e reprimiam publicações contrárias ao Regime.

O AI-5, promulgado em 13 de dezembro de 1968, suspendeu garantias institucionais e deu poderes absolutos ao Regime. Nesse mesmo dia, a imprensa carioca e paulista recebeu um “manual de comportamento”, que justificava os objetivos da censura e ditava uma série de normas, explicando quais tipos de notícias não deveriam ser publicadas. Entre essas regras estava a proibição das publicações que desmoralizassem o Governo, incitassem à luta de classes, veiculassem declarações de cassados ou crítica aos Atos Institucionais e propagassem notícias estudantis de caráter político ou atividades subversivas, greves ou movimentos operários (KUSHNIR, 2001).

Logo após esses decretos, tornaram-se obrigatórias a inspeção e a aprovação, por agentes autorizados, das pautas produzidas por qualquer veículo de comunicação. Sendo

---

<sup>5</sup> Apesar do crescimento acelerado da economia, da geração de empregos, dos incentivos fiscais à indústria e à agricultura e da construção de obras consideradas faraônicas, como a Rodovia Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói, seu governo ficou conhecido como o mais duro e repressivo do Regime.



assim, por vezes, uma equipe de censores instalava-se nas redações, decidindo o que poderia ou não ser publicado. Além disso, os veículos enviavam, com antecedência, o que pretendiam publicar para a Divisão da Censura do Departamento de Polícia Federal, em Brasília.

Desse modo, muitas matérias foram censuradas. As publicações traziam trechos em branco e até receitas culinárias. Bourdieu (1997) explica esse tipo de manipulação quando afirma que não se pode esquecer:

[...] o poder simbólico excepcional conferido às grandes autoridades do Estado pela capacidade de definir, por suas ações, suas decisões e suas intervenções no campo jornalístico (entrevistas, entrevistas coletivas, etc.), a *ordem do dia* e a hierarquia dos acontecimentos que se impõem aos jornais. (BOURDIEU, 1997, p. 104, grifo do autor).

Porém, nesse período, surgiu cerca de 150 periódicos regionais e nacionais contrários à Ditadura, que denunciaram os atentados aos direitos humanos e à liberdade. Jornais como “O Pasquim”, “Bondinho”, “Polítika” e “Opinião”, marcaram o que se chamou de imprensa alternativa ou “nanica”. Esses instrumentos de resistência e de espaço público tiveram poucos anos de duração, exceto “O Pasquim”, que se estendeu por 22 anos (1969-1991). Entretanto:

As tentativas da ditadura de acabar com a imprensa alternativa num primeiro momento não deram certo [...]. Apesar das dificuldades de produzir sem saber se vai haver recolhimento dos exemplares nas bancas, muitas publicações floresceram e, com coragem, conseguiram publicar muitas notícias que a ditadura preferia manter sem espaço (AMORIM, 2007, p. 7).

Além da censura, assinalava-se a tortura, da qual membros da imprensa, artistas, militantes e políticos foram vítimas. Segundo artigo publicado no site da revista Mundo Estranho (2011)<sup>6</sup>, cerca de 280 pessoas foram mortas a partir de mais de cem formas de torturas, que incluía espancamentos, choques elétricos e afogamentos.

Entre as torturas e mortes, destacam-se dois assassinatos: o do líder da oposição Carlos Lamarca e o do jornalista Vladimir Herzog. O primeiro ocorreu após uma perseguição de quase dois anos ao ícone revolucionário do socialismo e da esquerda brasileira, que culminou em sua localização e morte, em 17 de setembro de 1971, na Bahia. Já o segundo aconteceu em 25 de outubro de 1975<sup>7</sup>, logo após o diretor de

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.mundoestranho.abril.com.br/materia/quais-foram-as-torturas-utilizadas-na-epoca-da-ditadura-militar-no-brasil>>. Acesso em: 25 de novembro de 2011.

<sup>7</sup> Apesar de ter ocorrido após o período estudado nesta pesquisa, a morte de Vlado - como era chamado - representa o rastro deixado pelos “Anos de Chumbo” e um acontecimento marcante no jornalismo da época.



jornalismo da TV Cultura de São Paulo, professor, dramaturgo e militante do Partido Comunista Brasileiro ter sido torturado durante um interrogatório no DOI-CODI, onde foi encontrado enforcado com a própria gravata.

Assim como a mídia impressa, o telejornalismo também sofreu transformações nessa época de controle de informações. Guilherme Rezende (2000) afirma que dois fatos marcaram o telejornalismo na década de 60:

[...] a criação do Jornal Nacional, na Rede Globo de Televisão e o fim do legendário Repórter Esso, na já combalida TV Tupi, depois de anos e anos de existência, muitos dos quais como líder de audiência na televisão brasileira. (REZENDE, 2000, p. 109).

#### **4 A DITADURA DE OLHO NA TV**

Durante a Ditadura, a televisão passou a exercer o papel de difusora da ideologia do Regime. Os governos militares influenciaram na concessão de licenças para o funcionamento das emissoras, no financiamento das produções televisivas e na Criação do Ministério das Comunicações. O nível da produção local exibida na TV, conforme afirma Sérgio Mattos (2010), também foi prejudicado:

As decisões políticas e a censura ideológica adotada pelos governantes pós-1964 contribuíram para o baixo nível da produção local de programas de televisão durante os anos sessenta, cujo conteúdo era popularesco, chegando às raias do grotesco. (MATTOS, 2010, p. 31).

Como a autorização das televisões era definida pelo governo, o Regime utilizou-se disso, aliado à censura e ao autoritarismo, para convencer, impor e tornar público seus preceitos e impedir divulgações contrárias à sua ideologia. Estas ações se traduziram na superficialidade na discussão dos fatos, impedindo a prática mais aprofundada do jornalismo, que viu na cobertura internacional uma saída para as lacunas deixadas pela censura de notícias nacionais.

Rezende (2010) classifica o telejornalismo brasileiro em sete fases<sup>8</sup>, nas quais duas compreendem o espaço de tempo estudado nesta pesquisa: a segunda fase (1960-1969), que é representada pela busca da linguagem própria desatrelada da radiofônica e a terceira (1969-1983), caracterizada pelo surgimento do telejornalismo em rede.

---

<sup>8</sup> Para Rezende (2010), as sete fases do telejornalismo são: 1) 1950-1960, marcada pela influência radiofônica; 2) 1960-1969, em que se destaca a busca pela linguagem própria; 3) 1969-1983, onde o telejornalismo em rede ganha alcance; 4) 1983-1990, que buscou como alternativa o horário nobre; 5) 1990-1997, na qual a ancoragem passou a ser determinada por características brasileiras; 6) 1997-2002, assinalada pela evolução dos canais segmentados; e 7) 2002-dias atuais, onde se destaca o surgimento de novos modelos no telejornalismo.





No período militar, foram extintos telejornais, programas jornalísticos e emissoras televisivas. Entre eles, o Jornal de Vanguarda, da também cassada TV Excelsior, encerrado para evitar “que ele morresse pouco a pouco, a cada dia, numa torturante agonia”. (BARBOSA, 1985, p. 10 apud REZENDE, 2000, p. 107 e 108)<sup>9</sup>.

Em contrapartida, estreou a Rede Globo, que se tornaria a maior emissora de televisão do país. Supostamente aliada ao Regime, a Globo desempenharia um papel fundamental na consolidação do autoritarismo no Brasil. Em 1969, estágio de maior endurecimento nas repressões do então governo, estreou “coincidentemente”, na emissora, o Jornal Nacional, o pioneiro dos telejornais em rede. Com as informações que interessavam ao Regime, foi apelidado de “porta-voz da Ditadura”:

Os critérios de seleção de informação [...] aliados à identificação profunda existente entre a emissora e o regime militar, por certo foram fatores decisivos para a linha editorial oficialista e triunfalista que marcaria o desempenho do Jornal Nacional durante toda a década de 70, tempos de “milagres econômicos”, ufanismo nacionalista e consolidação do império global. (SILVA, 1985, p. 38 e 39).

O governo usou a televisão, devido ao seu potencial de mobilização, como instrumento de integração nacional, a partir da “unificação da linguagem, do consumo e da ideologia.” (REIS, 2003). Diante disso, ela valeu-se desse contexto para se desenvolver, sendo beneficiada pelo progresso das telecomunicações, passando a ter um rápido e curioso crescimento. João Batista de Andrade conta como se deu esse processo:

O sistema de TV serviu ao regime militar dando a ele uma cara e um instrumento de comunicação impositiva, linha única de cima para baixo, tendo o povo como massa pacífica bombardeada pelos “podes” e “não podem” dos militares e seus seguidores. Ao mesmo tempo, serviu-se do regime militar, engordando sua estrutura, atraindo fatia cada vez maior das verbas publicitárias e aproveitando-se de facilidades para se modernizar (importações facilitadas, isenções de taxas e impostos, uso de serviços públicos como antenas repetidoras, etc.). De sua parte, também os militares se serviram da TV, como cria própria de seus interesses numa soberania nacional baseada na centralidade política e no nacionalismo simbólico. (ANDRADE, 2002, p. 20-21).

Entre estes benefícios, destaca-se o desenvolvimento dos aparelhos de videotape<sup>10</sup>, que possibilitou a racionalização da produção, bem como a economia de

---

<sup>9</sup> BARBOSA LIMA, Fernando (1985). “Nossas Câmeras são seus olhos”. In: BARBOSA LIMA, Fernando; PRIOLLI, Gabriel e MACHADO, Arlindo. Televisão e vídeo. Rio de Janeiro, Zahar, p. 7-16.

<sup>10</sup> Segundo Vera Íris Paternostro (1999), o videotape - também conhecido como VT - chegou ao Brasil em 1960, tendo sido a TV Tupi de São Paulo a primeira emissora a utilizá-lo, durante a festa de inauguração de Brasília. Na época, as máquinas tinham dois metros de altura e pesavam aproximadamente uma tonelada, enquanto as fitas de gravação tinham duas polegadas de largura.





custo e de tempo e a melhor qualidade dos programas (PATERNOSTRO, 1999). Assim, as telenovelas e os programas de auditório ganharam repercussão e audiência. A evolução da TV em cores, o aumento do número dos receptores espalhados pelo Brasil e a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) também marcaram a época.

## **5 A TV BORBOREMA E A INFLUÊNCIA DA DITADURA**

Em setembro de 1963, aproximadamente um semestre antes do golpe das Forças Armadas, a primeira emissora de TV de Campina Grande e da Paraíba entrava no ar em fase experimental. Pioneira no interior do Nordeste, a TV Borborema foi idealizada por Assis Chateaubriand, magnata das comunicações no Brasil e dono do Condomínio Acionário dos Diários e Emissoras Associados<sup>11</sup>.

Cerca de dois anos depois do início da “Revolução de 1964”, em 14 de março de 1966, a TV Borborema entrou oficialmente no ar, através de um equipamento doado pela TV Tupi de São Paulo, rede a quem foi afiliada até o início da década de 1980, quando a empresa paulista teve sua licença cassada.

No início das transmissões, o canal só produzia duas horas diárias de programação local, onde predominava o entretenimento. De acordo com o blog Retalhos Históricos de Campina Grande<sup>12</sup>, nesse contexto, destacam-se os programas “Zé Lagoa na TV”, “Clube do Palhaço Carrapeta” e “Graziela Entrevistas e Atrações”. O restante da programação era formado por enlatados<sup>13</sup> adquiridos dos Diários Associados e por programas produzidos em Recife.

Diante das limitações tecnológicas que a época impunha, o telejornalismo da TV Borborema tinha uma apresentação precária. Segundo o caderno especial do jornal Diário da Borborema (2006), entre o final da década de 1960 e o início dos anos 1970, eram utilizados slides para ilustrar as matérias veiculadas, compostos por fotos do referido jornal impresso, que também pertencia ao grupo dos Associados, e por imagens produzidas por Genaro Freitas, que fotografava as pessoas e as solenidades campinenses.

---

<sup>11</sup> O Condomínio Acionário dos Diários e Emissoras Associados ficou conhecido como “Diários Associados”. A corporação foi considerada o maior conglomerado midiático da América Latina, uma vez que contou com mais de cem jornais, emissoras de rádio e TV, revistas e agência telegráfica.

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com/2010/03/memoria-tv-borborema-na-revista-veja-em.html>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2011.

<sup>13</sup> São programas internacionais que sofrem alterações para serem transmitidos nos países que os importam.



Como os equipamentos de videotape ainda não haviam chegado à Rainha da Borborema, as imagens dos acontecimentos locais não poderiam ser gravadas e apenas uma câmera era usada para transmissão ao vivo dos programas. Assim, o apresentador do telejornal lia as matérias e eram colocados os slides mostrando os fatos.

Com a Ditadura Militar, as transformações da TV Borborema seguiram o quadro nacional. O critério de seleção das notícias, baseado no controle de informações do Regime durante os “Anos de Chumbo”, foi um dos fatores preponderantes nesse processo de mudança.

Segundo o jornalista Juarez Amaral (informação oral)<sup>14</sup>, que trabalhou como repórter e redator do telejornal local da referida TV no ano de 1971, a repressão e a censura exercidas durante a Ditadura influenciaram muito na produção e, conseqüentemente, na veiculação das matérias no noticiário da TV Borborema:

*Todos os dias, um censor ia até o Edifício Rique, prédio onde funciona a TV, com uma nota dizendo: é proibido falar sobre o sequestro que aconteceu em tal lugar ou sobre tal notícia política. Até em relação ao Prefeito Municipal tinha nota pra não dizer isso nem aquilo, nem elogiá-lo. Eles controlavam tudo. Eu recebia a nota e cumpria as determinações, porque senão iria preso. (AMARAL, 2012).*

Em sua passagem pela emissora, Juarez chegou a ser detido pelos militares por ter divulgado uma nota sobre as ameaças de sequestro que um empresário de Campina Grande estava sofrendo:

*Eu era muito inocente. Daí pensei: como o Exército não proibiu ainda e como eu tomei conhecimento primeiro, eu vou divulgar. Escrevi a matéria e coloquei no ar. Terminou o jornal e meia hora depois o Major Câmara<sup>15</sup> chegou na TV perguntando quem era o responsável pelo jornal. Eu me apresentei e ele me disse que eu estava preso. Fui levado para o Quartel, onde fui interrogado. Mas, foi um advogado dos Associados lá para contar que eu não tinha nada a ver, que eu não era comunista. Eu nem sabia o que era isto, porque era tudo proibido. O Major me soltou, mas com a advertência de nunca mais publicar nada deste tipo. (AMARAL, 2012).*

Ele lembrou que, poucos anos depois, quando chegou para trabalhar na TV Tupi de São Paulo, foi chamado pelo Exército paulista, que sabia do ocorrido e, por isso, deu mais recomendações para que o episódio acontecido na cidade do interior paraibano não se repetisse.

---

<sup>14</sup> Informações obtidas através de entrevista concedida em 15 de outubro de 2012 à autora desta pesquisa.

<sup>15</sup> Na década de 1970, o Major Antônio Paulo Câmara era comandante da extinta 5ª Companhia de Infantaria do Exército, em Campina Grande.



Quanto aos programas de entretenimento, grande aposta das emissoras televisivas diante da censura nos “Anos de Chumbo”, a fiscalização por parte das Forças Armadas era menor. A cronista social Graziela Emerenciano (informação oral)<sup>16</sup>, que durante 20 anos (1968-1988) apresentou na TV Borborema o “Graziela Entrevistas e Atrações”<sup>17</sup>, afirma não ter sido vítima das repreensões militares:

*Eu não me recordo de nenhum problema. Pelo menos a mim, nunca disseram nada. A sociedade toda esperava as respostas sobre a Ditadura, mas íamos costurando, enrolando e não divulgávamos notícias sobre isto. Inclusive, na época, eu lancei uma campanha de “Paz e Amor”, para acabar com as brigas e confusões e fui elogiada pelo Exército por este feito. (EMERENCIANO, 2012).*

O programa “Graziela Entrevistas e Atrações”, apesar das características serem voltadas ao entretenimento, recebeu autoridades da região, a exemplo de governadores, desembargadores, prefeitos e vereadores - de quem a apresentadora chegava a se esconder para não criar problemas com os militares-, bem como intelectuais e grandes nomes da cena artística brasileira. De acordo com a edição do Diário da Borborema (2006), além da veiculação de notícias, a produção contava com quadros de cunho filantrópico, que também não foram alvos da censura peculiar da época.

Outro fator que influenciou as transformações na TV Borborema durante a Ditadura Militar foram as mudanças técnicas, relativas aos equipamentos usados na produção dos programas. Ubirajara Alves (informação oral)<sup>18</sup>, operador de telecine<sup>19</sup> na emissora, destacou a chegada do aparelho de videotape (VT). De acordo com ele, mesmo com as inovações implantadas na época para melhorar a qualidade da programação, o Regime também representou para sua profissão um momento de censura:

*Naquele tempo, eu tomava conta do setor de roteiros comerciais e chegavam muitos VT censurados. Eu recebia uma correspondência, avisando para tirar do ar algumas partes daquele material que haviam sido censuradas. Assim, eu tinha que ficar olhando o VT para quando chegar no momento determinado na nota, eu pará-lo e cortar aquela parte. (ALVES, 2012).*

Ainda segundo o blog Retalhos Históricos de Campina Grande<sup>20</sup>, afetada também pelo encerramento das atividades da Rede Tupi, que teve a concessão de todos

---

<sup>16</sup> Informações obtidas através de entrevista concedida em 19 de outubro de 2012 à autora desta pesquisa.

<sup>17</sup> Posteriormente, o programa passou a ter a denominação de “Graziela em Sua Casa”.

<sup>18</sup> Informações obtidas através de entrevista concedida em 15 de outubro de 2012 à autora desta pesquisa.

<sup>19</sup> Este profissional era responsável por operar projetores de telecine, veiculando filmes, slides e comerciais, além de fazer ajustes no foco e no enquadramento dos materiais.

<sup>20</sup> Disponível em: < <http://cgretalhos.blogspot.com/2009/10/tv-borborema.html>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2011.



os seus canais cassada por motivos políticos e econômicos<sup>21</sup>, a TV Borborema passou a transmitir imagens da Rede de Emissoras Independentes, encabeçada pela TV Record (SP) e TVS (RJ). Em setembro de 1980, afiliou-se a Rede Globo, onde permaneceu até dezembro de 1986. Depois, tornou-se afiliada da Rede Manchete e, finalmente, em 1989, assinou contrato com o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), onde se mantém até hoje.

## **6 REFERENCIAL METODOLÓGICO**

Após reflexões sobre qual a metodologia mais favorável para investigar as influências da Ditadura Militar brasileira (1964-1985) sobre os programas e as modificações técnicas da TV Borborema, optou-se pela pesquisa explicativa, sendo escolhida como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica, bem como as entrevistas de profissionais que trabalharam na emissora durante o período estudado.

Segundo Gil (2002), a pesquisa explicativa “tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos.” (GIL, 2002, p. 42). Este tipo de pesquisa é o que mais aprofunda o conhecimento da realidade, explicando a razão e os motivos dos acontecimentos.

Quanto aos métodos utilizados, Gil (2002) explica que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em livros, artigos científicos e publicações periódicas, como jornais e revistas. Ele afirma, ainda, que ela “é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos.” (GIL, 2002, p. 45).

Para analisar o contexto histórico-político-social da Ditadura Militar e suas consequências no ponto de vista da comunicação, evidenciando a televisão brasileira e a TV Borborema, utilizamos conceitos de autores como Pierre Bourdieu, Sérgio Mattos, Guilherme Jorge Rezende e Carlos Eduardo Lins e Silva. Outrossim, observamos a edição de 15 de março de 2006 do jornal impresso Diário da Borborema e postagens do blog Retalhos Históricos de Campina Grande.

As informações mais relevantes, no tocante à emissora campinense, foram obtidas através de depoimentos dos profissionais Graziela Emerenciano, cronista social

---

<sup>21</sup> Segundo Mattos (2010), em julho de 1980, o governo cassou a concessão de todos os canais da Rede Tupi, dividindo-os entre os grupos Sílvio Santos (SBT) e Adolfo Bloch (Rede Manchete de Televisão). Entre os motivos, destacam-se os atrasos salariais - que acarretaram uma greve e, conseqüentemente, a demissão de 250 funcionários, e a decisão do governo militar, que preferiu a cassação do canal a entregá-lo a uma cooperativa de funcionários.



e apresentadora de programas de entretenimento entre os anos 1968 e 1988; Juarez Amaral, jornalista, repórter e redator de telejornal em 1971; e Ubirajara Alves, operador de telecine no período de 1963 a 1988.

A escolha dos entrevistados se deu a partir da pretensão de analisar os três setores em que eles trabalharam na TV Borborema durante os “Anos de Chumbo” da Ditadura Militar e da sugestão de alguns professores do Curso de Comunicação Social da UEPB. As entrevistas foram registradas em um aparelho gravador de voz digital e, posteriormente, armazenadas em um CD-ROM. Neste trabalho, foram utilizadas apenas as respostas que mais se adequaram ao texto.

Para realizar a pesquisa, foram seguidas as seguintes etapas: 1) elaboração de um plano de trabalho com uma proposta de abordagem da temática; 2) revisão bibliográfica de autores que estudam o tema proposto; 3) examinação de jornais e postagens eletrônicas sobre a história da emissora estudada; 4) seleção e organização das fontes; 5) entrevistas com profissionais que trabalharam na TV Borborema; e 6) análise dos dados e da literatura utilizada.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Ditadura Militar brasileira, iniciada em 31 de março de 1964 após um golpe articulado pelas Forças Armadas contra o governo do presidente João Goulart, consolidou-se um regime de exceção, que teve como armas a censura e a repressão. Além de torturas e mortes, durante os “Anos de Chumbo” - período aqui estudado -, o Regime impediu os meios de comunicação de divulgar qualquer tipo de mensagem que se constituísse contrária aos interesses do governo. Em contrapartida, o Regime usou esses veículos, sobretudo a televisão, para divulgar seus ideais. Os meios de comunicação cederam às pressões do governo e se beneficiaram com isso.

Em 14 de março de 1966, foi inaugurada a primeira emissora de televisão da Paraíba, a TV Borborema, idealizada por Assis Chateaubriand e com sede em Campina Grande. Como citado no caderno especial do jornal Diário da Borborema (2006), o canal tinha poucos recursos e os programas locais, que somavam duas horas de apresentação na grade diária, eram veiculados de forma precária.

Durante as discussões aqui apresentadas para tentar verificar as influências que os “Anos de Chumbo” da Ditadura Militar - momento em que a censura prevalecia - exerceram sobre os programas e as modificações técnicas da TV Borborema, pudemos



verificar, através deste trabalho, que as alterações ocorridas na estação campinense seguiram o panorama nacional da televisão brasileira.

Assim, foi possível confirmar através dos depoimentos dos profissionais Graziela Emerenciano, Juarez Amaral e Ubirajara Alves que a censura teve como alvo principal os programas jornalísticos e as peças comerciais, sendo as produções voltadas ao entretenimento a saída para as emissoras televisivas, e também para a TV Borborema, diante das repreensões militares. Vale destacar, ainda, que também ficou comprovado a partir desta pesquisa que a chegada dos equipamentos de videotape à Rainha da Borborema ajudou a emissora a melhorar a qualidade de sua programação.

Diante da relevância do esclarecimento de assuntos pertinentes à Ditadura Militar e da quantidade de informações acerca do tema exposto, obtidas inclusive através dos depoimentos citados anteriormente, sugere-se a realização de outras pesquisas, objetivando o melhor conhecimento dos fatos e das consequências escondidos por trás da censura e da repressão próprias do momento aqui estudado.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Ubirajara. **A influência da Ditadura Militar nas modificações técnicas da TV Borborema**. Campina Grande, 15 de outubro de 2012. Entrevista concedida a autora desta pesquisa.

AMARAL, Juarez. **A influência da Ditadura Militar nos programas jornalísticos da TV Borborema**. Campina Grande, 15 de outubro de 2012. Entrevista concedida a autora desta pesquisa.

AMORIM, Bruno Delecave. **Rebeldes na imprensa: censura, imprensa alternativa e contracultura**. Trabalho apresentado no XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste. Juiz de Fora: 2007.

ANDRADE, João Batista. **O povo fala: um cineasta na área de jornalismo da TV brasileira**. São Paulo: Senac, 2002.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Projeto Brasil nunca mais: Tomo I - O regime militar**. São Paulo, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. Introdução - Rompendo os pactos do silêncio. In: \_\_\_\_\_. **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 07-31.

EMERENCIANO, Graziela. **A influência da Ditadura Militar nos programas de entretenimento da TV Borborema**. Campina Grande, 19 de outubro de 2012. Entrevista concedida a autora desta pesquisa.



ESPECIAL TV Borborema 40 anos. **Diário da Borborema**, Campina Grande, 15 março 2006. Caderno especial D.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Censurar. **Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa**. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. 2001. 428 p. Tese (Doutorado em História). . Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política**. São Paulo: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. A evolução histórica da televisão brasileira. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Org.). **60 anos de Telejornalismo no Brasil: História, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010, p. 23-55.

MEMÓRIA: TV Borborema na revista Veja em 1970. **Retalhos Históricos de Campina Grande**. Campina Grande: 2011. Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com/2010/03/memoria-tv-borborema-na-revista-veja-em.html>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2011.

NAVARRO, Roberto. Quais foram as torturas utilizadas na época da ditadura militar no Brasil? **Revista Mundo Estranho**. São Paulo: 2011. Disponível em: <<http://mundoestranho.abril.com.br/materia/quais-foram-as-torturas-utilizadas-na-epoca-da-ditadura-militar-no-brasil>> Acesso em: 25 de novembro de 2011.

PATERNOSTRO, Vera Íris. PRF-3: A TV no Brasil'. In: \_\_\_\_\_. **O texto na TV: Manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 29-34.

REIS, Antonio Jr. **O percurso da televisão e do telejornalismo nos anos 70**. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.mnemocine.com.br/aruanda/tvtelejornalismo70s.htm>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2011.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: Um Perfil Editorial**. 3.ed. São Paulo: Summus, 2000.

\_\_\_\_\_. 60 anos de jornalismo na TV brasileira: percalços e conquistas. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Org.). **60 anos de Telejornalismo no Brasil: História, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010, p. 57-81.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Muito além do Jardim Botânico: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores**. São Paulo: Summus, 1985.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O golpe de 64. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). **21 anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 09-51.

TV Borborema 45 ANOS. **Retalhos Históricos de Campina Grande**. Campina Grande: 2011. Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com/2009/10/tv-borborema.html>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2011.